

Histórias e Culturas Indígenas - Saberes, Abordagens, Pesquisas e Possibilidades de Ensino

Conferencista: Casé Angatu Xukuru Tupinambá - Carlos José F. Santos

(Docente na Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC - Ilhéus/BA; Docente no Programa de Pós-Graduação Ensino e Relações Étnico Raciais da Universidade Federal do Sul da Bahia - Campus Jorge Amado – PPGER-UFSB-CJA-Itabuna/BA)

A conferência procurou auxiliar na construção de conhecimentos em relação aos saberes tradicionais e ancestrais indígenas. Para isto assinalou para o universo de discussão tendo como pensamento a necessidade decolonizar as abordagens existentes sobre as histórias e culturas indígenas através de formas de abordagens, conceitos, metodologias, conteúdos e fontes. Buscou-se apresentar as razões do ainda persistente desconhecimento acerca da diversidade que constituem os Povos Originários brasileiros e seu protagonismos.

A ideia foi incentivar a construção de estudos, pesquisas e ensino sobre os Povos Indígenas, constituindo um olhar decolonial acerca da Lei 11.645/2008 que alterou a Lei no 9.394/1996, estabelecendo “as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

Assim, inicialmente buscou-se possibilitar uma compreensão acerca das abordagens e conceitos relativos às Histórias, Culturas e Protagonismos Indígena. Discutimos os conhecimentos possíveis acerca das ideias e vivências em relação a Territorialidade, Racismo e Decolonialidade. Refletimos acerca das possibilidades e práticas de construção do conhecimento e suas relações com os saberes tradicionais e ancestrais.

No transcorrer da apresentação tomamos como exemplo o Povo Tupinambá de Olivença – Ilhéus-Bahia. Ainda hoje este Povo é considerado, por alguns, como extinto durante a colonização/catequização efetivada a partir do séc. XVI. As vezes encontramos alegações que buscam “embasamento” histórico/acadêmico para assinalar que esta etnia foi massacrada pelos europeus porque praticava a antropofagia, poligamia, não aceitava

a colonização, rejeitava a catequização e por liderar a Confederação dos Tamoios (entre 1554 e 1567) na Luta contra os colonizadores.

Entre estes que negam a existência Tupinambá estão os proprietários de terras da região de Ilhéus e outros municípios do Sul da Bahia, não reconhecendo o direito ao Território Indígena Tradicional. Pela demora em demarcar as Terras Tupinambá ficamos com a impressão que o Estado brasileiro e a Justiça também possuem dificuldades em reconhecer a existência deste Direito Originário expresso no Relatório Demarcatório publicado pela FUNAI em 20/04/2009.

Entretanto, os Tupinambá protagonizam sua história, apesar de mais de cinco séculos de tentativas de genocídio e etnocídio que ainda continuam através de criminalizações e violências, incluindo mortes/prisões de indígenas. Esta (re)existência de afirmação da Indianidade Tupinambá tem como fonte primordial a memória transmitida pelos anciões e que ganha expressão em diferentes linguagens cotidianas, entre elas: a oralidade, pintura corporal, ritual, canções presente nas vivências das mulheres, homens e crianças. Indianidade fortalecida na lida com a natureza e seus Encantamentos.

As palavras são essenciais para as culturas e memórias indígena e estão presentes em diferentes linguagens que não se restringem à escrita ou fala. São expressões que aparecem em nossos cantos, olhares, gestos, moradia, maneiras de alimentar, corpo, anga (alma), pinturas, colares, cocares, formas de se relacionar com a natureza, plantar, colher, pescar, rituais, curas, sonhos e nos silêncios indígenas. São linguagens que portam palavras diferenciadas e que advém de memórias ancestrais inatingíveis pelas palavras escritas por mais cuidadosas que sejam. Quando os índios estão na natureza não ficamos sozinhos. Ouvem as palavras encantadas de seus ancestrais e dos encantadas naturais. Os seus Parentes mortos e vivos emitem suas mensagens através das matas, águas, bichos, céu, sol, lua: o Sagrado. Conhecem os sons e silêncios da natureza e deles surgem: *îe' enga awa* (fala de índio).

Esta é a forma como percebemos a lida dos Povos Indígenas com suas vidas e relações com a natureza. Como dizem os alguns dos Anciões Tupinambá: “não éramos donos da terra antes dos invasores chegarem em 1500, mas sim a própria terra porque somos parte da natureza”. Deste modo, percebe-se que não querem a terra como propriedade ou mercadoria para ser explorada, mas para se relacionarem com a natureza. Nela estão seus ancestrais e encantados naturais.

Transparece que no ser natural indígena não tem o princípio de acumulação e exploração do trabalho ou da natureza. Quando perguntam: “pra que Índio quer terra se

não produz?” A resposta que surgiu é que sua forma de ser e de se relacionarmos com a natureza é cheia de encantamentos e de profundo respeito. Querem a terra porque são a própria: eis aqui parte do que alguns chamam de cosmologia indígena.

Na natureza sagrada estão seus encantados, ancestrais e espiritualidade. Por isto o direito ao Território não é porque pensam a terra como propriedade, mas por ser algo ancestral, sagrado, congênito e natural porque são a terra pela qual lutam e trabalham. Acredito que esta é a energia vital que os fazem (re)existir há cinco séculos contínuos de genocídios e etnocídios. Carregam em seus corpos, vivências e sonhos com um outro mundo possível de mutuo respeito entre os humanos e a natureza. Quando fazem seus rituais é para Jacy (lua), Tupã (forças naturais) e Encantados.

Porém, são mais de cinco séculos de violações de seus direitos originários. Esta transgressão é um dos traços marcantes das relações entre o estado e as elites brasileiras com as populações originárias. Percebo que seus corpos, rituais, cosmologias e formas de viver são, natural e espontaneamente, opostos aos interesses dos donos do poder econômico e político que negam seu direito ao Território e a autonomia enquanto Povos. Para isto tentam à mais de 500 anos apagar e silenciar a presença indígena na história, sociedade, identidade e memória do que se chama de Brasil.

É comum assinalar que todos os povos possuem dinâmica cultural e, portanto, não estão congelados em seus processos históricos. Entretanto, quando muitos tratam de Povos Originários a impressão que fica é: “para ser Índio é necessário ter conservado os traços socioculturais e genéticos existentes nos primeiros séculos da colonização”. Qualquer diferença em relação à estes traços idealizados serve como argumentação para descaracterizar a indianidade de um Povo Originário e, como consequência, negar o direito ao Território. Por isto penso que a tentativa de congelar a presença indígena na formação nacional somente nos primeiros séculos da colonização, bem como não considerar sua dinâmica cultural, é uma forma de negar o direito à terra.

Esta intenção tem marcado continuamente as formas pelas quais ocorrem as transgressões de seus direitos, as diferenciadas maneiras de racismo e violências. Por um lado, observasse uma busca por “assimilar” e “civilizar” as populações indígenas – o que chamo de tentativas de etnocídio completo; por outro lado, a procura por criminalizar e eliminar fisicamente as populações originárias – o que denomino de tentativa de genocídio total.

São exemplares na procura de concretizar o etnocídio as tentativas de: catequização e evangelização; “integração e assimilação” à “sociedade” e

“desenvolvimento” nacional. Ao mesmo tempo, historicamente contra as populações originárias que não aceitam estas ações ocorrem as “guerras justas” marcadas por um processo secular de criminalizações e violências. Estas ações acontecem de forma velada e mesmo autorizadas pelo estado e sua justiça, desde a cora portuguesa até a atualidade.

Em nome de “guerras justas” comete-se um sistemático processo de genocídio e prisões. Um exemplo destas fortes repressões genocidas foi a que se abateu em relação às populações indígenas que participaram da chamada “Confederação dos Tamoios”, entre 1554 e 1567. A repressão foi tão violenta que levou muitos a considerarem os Tupinambás como extintos. O que acontece na atualidade com os Guarani Kaiowá no Mato Grosso do Sul, Tupinambá de Olivença (Ilhéus/Bahia), além de outros valiosos Povos, é uma demonstração da perenidade deste processo e como os mandatários do poder político e econômico atuam contra os indígenas.

No entanto, e ao mesmo tempo, sempre existiram diversas formas de (re)existências. Os Povos Originários são também protagonistas de suas histórias: conformando, reelaborando e/ou resistindo há mais de cinco séculos de violações. Apesar de serem criminalizados, atacados, feridos, presos e mortos, fazem a autodemarcação dos seus Territórios através de retomadas. Fazem aquilo que o estado e a justiça deveriam fazer até por um princípio constitucional.

Outra demonstração do protagonismo indígena revela-se quando alguns Povos considerados como extintos apresentam-se como existentes, lutando pelo ancestral direito à terra, tais como os Povos: Murá, Guató, Tupinambá. Os dados censitários do IBGE também são reveladores desta (re)existência pois assinalam que a população indígena no Brasil está crescendo não só pela natalidade, mas também pelo auto-reconhecimento, chamado pelos indígenas de fortalecimento da indianidade. Segundo os dados do IBGE, em 2010 existiam no Brasil 305 Povos Indígenas, falando 274 línguas. Apesar de pensar que estes números são maiores, assinalam como ocorreram (re)existências realizadas de forma silenciosa ou de modo claro: espiritual e corporalmente.

Por fim indago: seria possível no atual sistema econômico, político e social uma mudança estrutural na forma como o estado e as elites brasileiras se relacionam com os Povos Originários no sentido de garantir nosso direito ao Território, autodeterminação, alteridade e autonomia? Indago isto porque, como escrevi anteriormente, os Povos

Originários carregam em seus corpos e culturas um outro mundo possível e, por ter o direito congênito ao Território.

São desta maneira vítimas constantes do racismo, negação de direitos e violências, por vezes, autorizadas pelo estado e mesmo pela justiça. Entretanto, a luta indígena, como suas vidas, é ritual e por isto se pintam, usam adornos, cantam e (re)existem a cinco séculos. Seu misticismo e força advém da natureza, ancestrais e anciões. A luta pelo Território é a luta pelo sagrado.